



JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ

ATA

ATA

SEÇÃO DE LICITAÇÕES (CE-NUFIP-LICITAÇÕES)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº 06/2023 - JFCE

A **UNIÃO**, por intermédio da **JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARÁ**, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, com sede na Praça General Murilo Borges, 01, Centro, CEP 60.035-210, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ sob nº. 05.424.487/0001-53, representada neste ato pela Direção do Foro - JFCE, nos termos do que dispõem a Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/02, com o Decreto Federal nº. 3.555, de 08/08/00, com o Decreto Federal nº. 10.024, de 20/09/2019, com a Lei Complementar nº. 123, de 14/12/06 e suas alterações, com o Decreto Federal nº. 8.538, de 06/10/15, com o Decreto Federal nº. 7.892/2013 e suas alterações, e com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/9, resolve registrar os preços e demais condições resultados do **Pregão Eletrônico nº. 17/2023 – RP, Processo Administrativo nº. 0003527-07.2022.4.05.7600**, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e consoante as demais cláusulas que se seguem:

Ficam a seguir registrados os dados da empresa fornecedora:

Empresa: N. F. GRANDE & CIA LTDA

CNPJ: 79.034.153/0001-00

Endereço: Rua Maurício Mancano Mago nº 45, Marialva/PR , CEP: 86.990-000

Telefone: (44) 3354 3464

E-mail: licita@chamego.com.br

Representante: Jean Marcelo Grandi CPF: 714.458.039-68

RG: 4.420.545-9

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

1.1. Os preços registrados são os a seguir relacionados, conforme termo de referência:

79.034.153/0001-00 - N. F. GRANDE & CIA LTDA			
Descrição dos Itens do Grupo 1:	Quantidade	Valor unitário	Valor Total/unid
1-Bandeira do Brasil: 3 panos, 100% poliéster;	10	R\$ 160,00	R\$1.600,00
2-Bandeira do Brasil: 2 panos, 100% poliéster;	70	R\$99,00	R\$6.390,00
3-Bandeira do Estado do Ceará: 2 panos, 100% poliéster;	30	R\$ 99,00	R\$2.970,00

4-Bandeira do município de Fortaleza: 2 panos, 100% poliéster;	16	R\$ 119,00	R\$1.904,00
5-Bandeira do município de Limoeiro do Norte: 2 panos, 100% poliéster;	8	R\$ 119,00	R\$952,00
6-Bandeira município de Sobral: 2 panos, 100% poliéster;	8	R\$ 119,00	R\$952,00
7-Bandeira MERCOSUL: 2 panos, 100% poliéster;	10	R\$ 119,00	R\$1.190,00
8-Bandeira da Justiça Federal: 2 panos, 100% poliéster; e	10	R\$ 119,00	R\$1.190,00
9-Cordão/Adriça verde e amarela de 6mm reforçada fabricada fio em nylon	5	R\$ 290,00	R\$1.450,00
Valor Global Grupo 1:	R\$ 19.138,00		
Descrição dos Itens do Grupo 2:	Quantidade	Valor unitário	Valor Total/unid
10-Bandeira do Brasil: 2 panos; Cetim de alto brilho, 183 g/m ³ ; e	40	R\$ 170,00	R\$6.800,00
11-Roseta para bandeira nacional: Tecido de cetim alto brilho, 183g/m ³	40	R\$ 38,00	R\$1.520,00
Valor Global Grupo 2:	R\$ 8.320,00		
Total do Fornecedor:	R\$ 27.458,00		
Valor Global da Ata:	R\$ 27.458,00		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DOS PREÇOS

2.1. O prazo de validade deste registro de preços será de doze meses, a contar da data de publicação.

2.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.3. - A partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços, a FORNECEDORA se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeita, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.3.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.4.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.4.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.4.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.4.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

3.4.5. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos 3.4.1, 3.4.2, 3.4.3 e 3.4.4. será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.5.1. por razão de interesse público; ou

3.5.2. a pedido do fornecedor.

3.6. Caberá a Justiça Federal no Ceará a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ADESÕES

Não será permitida a adesão (carona) por órgãos ou entidades não participantes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1. Observar as penalidades constantes do ANEXO I - Termo de Referência e do ANEXO V - Minuta do Contrato, quando houver.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Observar as disposições constantes do ANEXO I - Termo de Referência e do ANEXO V - Minuta do Contrato, quando houver.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Após aprovação do Diretor de Secretaria Administrativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, o gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá ao **Núcleo de Administração, telefone: 85 3521 2701/ 2721.**

7.2. O endereço para correspondência eletrônica apresentado pela fornecedora será utilizado preferencialmente para as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente.

7.3. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins desta ata de registro de preços.

7.4. A contagem dos prazos se iniciará no dia imediatamente subsequente ao do recebimento do email.

Assim, por estarem as partes ajustadas, rubricam e assinam a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo nomeadas.



Documento assinado eletronicamente por **JEAN MARCELO GRANDI, Administrador**, em 26/09/2023, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **NATHALIE PERSIVO FONTENELE BARROS, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA**, em 26/09/2023, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GEOVANI COSTA BEZERRA, TÉCNICO JUDICIÁRIO/ ADMINISTRATIVA**, em 26/09/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GISELE CHAVES SAMPAIO ALCÂNTARA, DIRETOR DO FORO**, em 02/10/2023, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3812690** e o código CRC **E8C8F088**.